

As ‘Reuniões Gerais’ como dispositivo pedagógico de modelação no ensino de Agricultura em Minas Gerais (1928-1951)

Denilson Santos de Azevedo *

Resumo: O artigo contém um estudo sobre as ‘reuniões gerais’ que, enquanto dispositivo pedagógico instituído na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), entre 1927 e 1951, contribuíram para forjar o perfil de homem e de profissional ensejado por esse estabelecimento público estadual. Para isso, apresenta aspectos do debate e dos movimentos do ruralismo que nortearam a institucionalização do ensino agrícola no Brasil na primeira metade do século XX, em termos legais e políticos. Sua finalidade é entender o contexto de criação e a concepção de ensino da ESAV, com vistas ao perfil de formação integral e profissional de seus alunos.

Palavras-Chave: ensino de agricultura, recurso pedagógico, cultura escolar

* Doutorado em História da Educação e Historiografia – Universidade de São Paulo. Professor Associado - Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa – UFV. Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) e Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania/UFV. Viçosa, Minas Gerais

The 'General Meeting' as a pedagogical device of shaping at the Agricultural teaching in Minas Gerais (1928-1951)

Denilson Santos de Azevedo

Abstract: The article desenvolves a study about the 'General Meeting', while a pedagogical device instituted in Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), between 1927 and 1951, that had helped to forge a man and professional profile wanted for that public establishment owned by the state. For that, it introduces aspects related to rurality moviment discution that will guide the institutionalization of agricultural teaching in Brazil, on the first half of the 20th century, in legal and political terms, to understand the context of criation and conceptions of ESAV's way to teach, viewing the integral and professional building profile.

Keywords: agriculture teaching, pedagogical device, school culture

Las Reuniones Generales en cuanto dispositivo pedagógico de modelación en la enseñanza de Agricultura en Minas Gerais (1928-1951)

Denilson Santos de Azevedo

Resumen: El artículo realiza un estudio sobre las 'reuniones generales' que, en cuanto dispositivo pedagógico instituido en la Escuela Superior de Agricultura y Veterinaria del Estado de Minas Gerais (ESAV), entre 1927 y 1951, contribuyeron para forjar el perfil de hombre y de profesional deseado por este establecimiento público estadual. Para ello, presenta aspectos del debate y de los movimientos del ruralismo que basaron la institucionalización de la enseñanza agrícola en Brasil en la primera mitad del siglo XX, en términos legales y políticos. Su finalidad es entender el contexto de creación y la concepción de enseñanza de la ESAV, con vistas al perfil de formación integral y profesional de sus alumnos.

Palabras Clave: enseñanza de agricultura, recurso pedagógico, cultura escolar

Introdução

O artigo refere-se a um estudo das ‘reuniões gerais’ enquanto dispositivo pedagógico instituído na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) entre 1927 e 1951. Esse dispositivo contribuiu para forjar o perfil de homem e de profissional ensejado pelo estabelecimento público estadual que deu origem à atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição federalizada em 1969¹.

Antes de caracterizar e analisar a história serial das ‘reuniões gerais’ na ESAV, é importante abordar aspectos do debate e dos movimentos do ruralismo que nortearam a institucionalização do ensino agrícola no Brasil das décadas iniciais a meados do século XX, em termos legais e políticos, especialmente no que se refere à formação do profissional em agricultura. Considera-se que essa abordagem é importante para se entender o contexto de criação da ESAV, bem como a concepção e a configuração que esse ensino adquiriu nessa instituição. Isso implica a necessidade de uma análise curricular, com ênfase no perfil de formação ensejado, do papel pedagógico dessas reuniões, bem como de outros temas mais recorrentes abordados no percurso.

A ESAV foi concebida pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1921, nos moldes dos *land grand colleges* norte-americanos, para ministrar um ensino essencialmente prático, fundamentado no ensino, na experimentação e na extensão. Inaugurada em 1926 pelo seu mentor, o então presidente da república Arthur Bernardes (1922-1926), iniciou seu funcionamento em agosto de 1927. Baseada no regime de internato, no ensino de tempo integral, com ênfase na disciplina e na formação profissional calcada no ‘aprender fazendo’, essa escola, composta de estudantes jovens e adultos, constituiu uma das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico que ainda vigia na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época, apresentando características que a filiam ao movimento da escola nova².

¹ Entre 1948 e 1969, a ESAV foi transformada, pelo governo do Estado de Minas Gerais, em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMIG.

² Conforme Maria Lúcia de Arruda Aranha, em 1919, o Bureau Internacional das Escolas Novas “[...] aprovou trinta itens básicos da nova pedagogia, de modo que, para uma escola pertencer ao movimento, deveria cumprir pelo menos dois terços deles. Segundo esse padrão, eram as seguintes as principais características da Escola Nova: educação integral (intelectual, moral e física); educação ativa; educação prática, com

A questão da praticidade do ensino agrícola, ao menos em termos de valores proclamados, tornou-se marca recorrente no processo de constituição desses cursos e da profissão de engenheiro-agrônomo, cuja regulamentação e reconhecimento aconteceram em meados da década de 1930. Nesse sentido, nas três primeiras décadas do século XX, o debate em torno do ensino agrícola brasileiro ganhou importância na 'sociedade civil', sobretudo por meio da manifestação de diversas sociedades agrícolas criadas nesse período por grupos com interesses diferentes, tanto no sentido regional quanto no nacional, mas convergindo para a defesa doutrinária da vocação eminentemente agrícola do país.

Tal doutrina foi sendo reconhecida e gradativamente legitimada na esfera da 'sociedade política', que, durante a gestão do presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910 (Brasil, 1910), institucionalizou a primeira regulamentação do ensino agrícola brasileiro, em seus diferentes graus e modalidades.

Embora a elaboração desse regulamento tenha sido, segundo Nagle (1974, p. 182), "[...] a mais sistemática, diversificada e aparatosa legislação escolar durante todo o período da Primeira República [...]", concretamente, a atuação do governo federal permaneceu muito reduzida, em termos de incentivos e criação de instituições vinculadas ao desenvolvimento do ensino agrícola. Conforme os princípios liberais e do federalismo, as iniciativas foram deixadas a cargo dos estados e das escolas privadas; tais princípios eram aplicados, ou não, segundo as conveniências dos grupos hegemônicos no aparelho de Estado.

Desse modo, se há formalmente uma convergência de interesses em torno das prioridades sociais, no caso, o fomento à educação rural, isso não pressupõe que a 'sociedade política' e a 'sociedade civil' tenham o mesmo ideário sobre o que significa prioridade ou entendam a mesma coisa por educação rural. Se os discursos apresentam semelhanças, o lugar social de produção é outro, imprimindo-lhes sentidos diferentes e até antagônicos.

Levando-se em conta os poderes que constituem formalmente o Estado, o legislativo se revela aquele que se vincula mais diretamente à 'sociedade civil', em razão de sua maior representatividade no conjunto da sociedade. Daí, pode-se depreender por que, por pressões da 'sociedade civil', determinadas leis são aprovadas, sem que, como tem ocorrido frequentemente

obrigatoriedade de trabalhos manuais; exercício de autonomia; vida no campo; internato; co-educação; ensino individualizado" (Aranha, 2006, p. 246-247).

no Brasil, ganhem vigência. “Isso pode ocorrer porque embora a lei, tendo sido aprovada, esteja de direito, em vigor, de fato ela pode se tornar letra morta, seja passivamente (incúria administrativa ou judicial) seja ativamente (empenho governamental em ignorar a lei)” (Saviani, 1987, p. 16-17)

Esse Decreto também manteve o ensino agrícola apartado dos demais ramos do ensino brasileiro, conforme atesta Beleza (1956, p. 213):

Conquanto lhe fosse dada, pela primeira vez, uma organização de caráter nacional, o seu sentido era nitidamente profissional, passando a existir como um compartimento estanque, uma instituição à parte no sistema brasileiro de educação, destinava-se à formação exclusiva de técnicos de diferentes graus.

A modalidade do ensino superior agrícola prevista nesse regulamento deveria ser ministrada em estabelecimentos adaptados aos fins a que se destinava. Nesse sentido, eram enumerados os serviços e as instalações complementares à rede institucional que caracterizaria esse campo de conhecimentos, tais como: as estações experimentais, os campos para experiências e demonstração de resultados, as fazendas experimentais, as estações de ensaio de máquinas agrícolas, os postos zootécnicos e os postos meteorológicos.

Quanto aos métodos de ensino, o regulamento destacava que o ensino teórico deveria ser intuitivo e completado com excursões e trabalhos práticos nos laboratórios e em outras instalações anexas às escolas. O ensino prático deveria ter o objetivo de “[...] estimular e desenvolver o espírito de iniciativa e observação dos alunos instruindo-os no manejo dos instrumentos e máquinas e ensinando-lhes os melhores métodos experimentais” (Beleza 1956, p. 213). Complementando a formação prática, previam-se exercícios a ser realizados durante as férias, em “[...] estabelecimentos agrícolas, industriais ou qualquer instituto científico dependente do Ministério da Agricultura” (Beleza 1956, p. 213).

No entanto, essa aspiração instituída pelo regulamento agrícola não se concretizou, como assinala Beleza, pelo fato de o mesmo se ter baseado, segundo ele, no transplante puro e simples, na ‘cópia servil’, do modelo de ensino agrícola então vigente na França, sem nenhuma preocupação em adaptá-lo às condições concretas da realidade brasileira de então. A partir de então, “[...] várias alterações e reformas parciais se sucederam em prazos curtos, dando-lhe instabilidade, estabelecendo a confusão e o caos no ensino agrícola então proposto” (Beleza, 1956, p. 213).

Não obstante essa situação, a Sociedade Nacional de agricultura (SNA), uma das principais instituições defensoras da vocação agrícola do país, manteve seu objetivo central de defender o aperfeiçoamento da agricultura brasileira e de criticar a monocultura e o uso de práticas arcaicas pelos agricultores. Para modernizar e promover a reabilitação agrícola do país, seus intelectuais e associados atribuíam grande valor à difusão dos princípios da ciência e da técnica, estabelecidos com base na observação do meio e apropriados por meio do conhecimento empírico, e os apresentavam como fundamento para o progresso da agricultura do país. A isso se relacionam os serviços prestados por essa entidade e suas congêneres aos produtores, seja em forma de difusão de técnicas, seja em termos de diversificação das culturas (distribuição ou venda de sementes e mudas de cereais e forragens).

Conforme Mendonça (1997, p. 83), uma das quatro grandes linhas de intervenção propostas no debate ruralista e endossada pela SNA para a superação da crise/atraso da agricultura brasileira na Primeira República, era aquela que depositava na educação as possibilidades de “[...] regenerar o homem do campo e elevar ao máximo a produtividade, tecnificando-a, além da defesa do princípio positivo da prática como critério da verdade”.

Essa característica nitidamente profissional de formação técnica foi o grande diferencial das propostas e normas instituídas para o ensino agrícola, em relação ao ensino brasileiro vigente na época e cuja natureza era muito mais acadêmica, ‘livresca’. Representava e atendia, ao menos em termos formais, às aspirações e interesses de frações da classe dominante rural, no sentido de formar profissionais para atuar em órgãos do aparelho de Estado e promover o progresso técnico e social no campo.

A tônica da profissionalização e do empirismo tornou-se característica comum no discurso dos principais intelectuais vinculados ao ruralismo, especialmente no que se refere à concepção e à função pedagógica do ensino agrícola durante as décadas de 1920 e 1930. Segundo levantamento da amostra feito por Mendonça (1997), tais autores/atores eram em sua maioria agrônomos formados pela Escola de Agronomia de Piracicaba, grandes proprietários rurais e ocupavam posições de relevo no MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio).

Muitos deles apontavam que, no Brasil, o sistema de escolas agrícolas deveria ser inspirado nos moldes das escolas profissionalizantes norte-americanas, as quais tinham como objetivo “[...] melhorar as

condições financeiras, morais e mentais da população rural, incumbindo-se tanto do ensino elementar como do médio e superior” (Torres Filho, 1926, p. 35). A ideia era de que, nesse modelo, o ensino agrícola tinha a preocupação em produzir “[...] com o menor trabalho humano possível [...]”, dando toda atenção às aplicações da ciência nos cursos de agricultura e organizando “[...] programas gerais de educação, baseados nos ramos científicos, mas com bastante prática para formar profissionais de valor” (Torres Filho, 1926, p. 77).

Citando o Professor Rolfs³, Torres Filho (1926, p. 109) enfatizava a necessidade de se eliminar das escolas agrícolas a preocupação acadêmica de “[...] ensinar a ciência para a ciência [...]”, uma vez que o ensino de agricultura, com duração de quatro anos, não deveria se preocupar com o largo desenvolvimento da ciência, com o risco de prejudicar a parte de aplicação na agricultura. Consequentemente, essa formação científica deveria ser deixada para os estágios ou para cursos posteriores à formação do agrônomo.

Assim, a concepção filosófica e pedagógica proposta por um dos principais intelectuais orgânicos do ruralismo para o ensino superior agrícola correspondia à nítida preocupação de se evitar que as escolas agrícolas tivessem um caráter acadêmico, que ensinassem a ciência pela ciência e proporcionassem estudos de alta cultura teórica. Outra preocupação era evitar que houvesse prejuízo da parte de saber aplicado à agricultura, que seria a verdadeira essência para a formação do profissional desse nível de ensino. Como os demais discursos da época voltados para uma rápida modernização agrícola, Torres Filho (1926, p. 109) entendia como algo “[...] enfadonho, descabido e fundamentalmente inútil [...]” qualquer iniciativa de reflexão mais filosófica ou teórica.

Ainda sobre essa questão, Coelho (1999, p. 93, grifo do autor) assinala que:

O traço de aplicabilidade do saber tornava-o mais técnico e tecnológico que científico o que configurava um campo de conhecimento metódico para a

³ Peter Henry Rolfs, *Doctor of Science*, ex-diretor do *Florida Agricultural College*, foi contratado pelo Governo do Estado de Minas Gerais para determinar o lugar, superintender a organização, esboçar os trabalhos e, finalmente, ser o Director de um estabelecimento de ensino agrícola semelhante aos seus congêneres norte-americanos. De fato, foi o responsável pelo planejamento, pela fundação e pela direção da ESAV, entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1929.

agricultura no Brasil, o qual deveria ser responsável por apresentar soluções e não por elaborar questões. A ciência agrônômica proposta, mais que a teórica, chegava a ser antiteórica, mesmo que reconhecesse ser necessário desenvolver 'doutrina agrônômica' própria, mas isso deveria ficar para o futuro.

Tais autores consideravam outra função muito importante para o ensino agrícola e que estaria relacionada com a 'modernização' das relações sociais no meio rural. Entendiam que tal proposição seria um dos meios possíveis para a redenção e a recuperação do homem do campo e, conseqüentemente, da própria agricultura brasileira. Sua função precípua seria recompor, em novas bases, o controle das relações sociais no campo, fundamentadas no trabalho livre e assalariado. Por isso, tinham grande preocupação em manter no meio rural o equilíbrio do 'organismo social', tendo por base a difusão de um conhecimento 'civilizador', que, na realidade, se converteria em uma estratégia de domesticação do indivíduo e de sua subjetividade.

O conteúdo desse conhecimento 'civilizador', dessa 'moderna pedagogia' atribuída à instrução agrícola, consistia no aprendizado de conhecimentos práticos sobre a agricultura. Estes seriam obtidos por meio da observação e da execução de novas técnicas e tecnologias agrícolas em processo de difusão, consoantes com o próprio estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. A disseminação desses conhecimentos práticos e de ordem técnica seria o principal objetivo da ação pedagógica e corresponderia à finalidade de 'regenerar' e 'disciplinar' a população, tida como ignorante, que vivia no campo.

Para Mendonça (1997, p. 91, grifo do autor):

As propostas pedagógicas de regeneração da população rural, seletivas por princípio e terminalidade, objetivavam produzir um agente social específico: aquele 'produtor' ressaltado da massa por sua adesão à 'prática educativa', portadora de um projeto de capitalização do campo e de neutralização ideológica das relações de classe aí presentes. Em nome de uma população rural pobre, ignorante e atrasada, os projetos de expansão do ensino agrícola girariam em torno a dois eixos: por um lado, a instalação de instituições especiais e, por outro, sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior.

Nas décadas finais da Primeira República, essa proposta pedagógica de instrução agrícola, de ‘redenção’ do homem do campo e, por extensão, da agricultura brasileira, na verdade, serviu como pretexto para legitimar, em novas bases, o saber da classe proprietária rural diante da sociedade. Com a definição cada vez mais evidenciada do campo de atuação do agrônomo, mantinha-se o controle, por parte dessa classe dominante, das relações sociais no meio rural. Tal proposição também explicitava a necessidade de formar o futuro agrônomo para vivenciar, valorizar e, se possível, se fixar na zona rural, uma vez que uma boa parte desses estudantes era proveniente das cidades.

A origem e a história serial das ‘reuniões gerais’

A concepção de ensino agrícola defendida pelos intelectuais do ruralismo repercutiu na configuração do ensino agrícola brasileiro tanto no âmbito da política federal quanto na esfera executiva dos estados durante boa parte do século XX, quando essa modalidade de instrução permaneceu sob a alçada do Ministério ou das secretarias estaduais de Agricultura⁴.

No que concerne ao Estado de Minas Gerais, encontra-se o caso da ESAV, cujo funcionamento começou no segundo semestre de 1926. Pouco tempo antes, seu diretor, o Prof. Rolfs - que também foi um dos membros da Comissão criada para propor a Reforma do Ensino Agrícola na década de 1920, havia encaminhado ao Secretário de Agricultura do Estado, Daniel de Carvalho, o Regulamento e os Programas de Ensino da ESAV, no qual se destaca a apresentação de uma nova disciplina curricular para o Curso de Agronomia: a Redação Agrícola. A resposta do Secretário foi encaminhada por um ofício de 13 de abril de 1926, contendo o seguinte parecer:

Tendo recebido ontem o seu trabalho, quero salientar desde logo que a cadeira de Redação Agrícola, tal como se encontra a folha 98 [...] não seria bem recebida pela opinião pública do país, cuja tendência é para repelir tudo que se relacione com a retórica ou como se convencionou chamar bacharelismo,

⁴ Foi somente com a Lei nº 4024/1961 que o ensino agrícola passou para a órbita do Ministério/Secretaria de Educação e Cultura. Entretanto, a transferência para o Ministério da Educação e Cultura dos órgãos de ensino do Ministério da Agricultura só aconteceu após a edição do Decreto nº 60731, de 19 de maio de 1967, que tratou da reforma administrativa do Ministério da Agricultura, conforme menciona Guy Capdeville (1991, p. 19, p. 101).

principalmente tratando-se de um assunto, como a agricultura, em que é exigida uma maior soma de conhecimentos práticos. Entretanto, como me declarou pessoalmente que sem essa cadeira o curso da Escola ficaria seriamente prejudicado, venho pedir-lhe me apresentar por escrito os argumentos em que se funda para fazer essa afirmação para que eu, em exame mais demorado, possa resolver a respeito.

No entendimento do diretor, a cadeira de Redação Agrícola era fundamental para a formação do agrônomo, pois estimularia o encadeamento das ideias, o raciocínio discursivo e o desenvolvimento da argumentação e da retórica, tão importantes para desenvolver a fala e a escrita sobre a agricultura prática e cumprir a missão de propiciar uma melhor comunicação dos futuros profissionais com a população agrícola do Estado. Seus benefícios abrangeriam todas as modalidades da vida rural, melhorando as condições morais, mentais e econômicas das fazendas no mais breve tempo possível.

Ao que parece, o secretário Daniel de Carvalho não aquiesceu aos argumentos do diretor, pois a cadeira de Redação Agrícola foi excluída do plano de curso de Agronomia. Ainda sobre esta questão, Rolfs fez a seguinte observação⁵:

A supressão da cadeira 'Redação Agrícola', sem providenciar que esta instrução seja feita por outro modo, é um sério golpe a cada pessoa no Estado de Minas interessada sobre assuntos agrícolas. [...] A responsabilidade por esta omissão fica sob o Governo de Minas. Estou certo que isto foi devido à falta

⁵ Documentação avulsa encontrada no Arquivo Central e Histórico da UFV intitulado *Recomendações para emendas do Regulamento da ESAV*, escrito pelo Prof. Rolfs antes de agosto de 1926, quando tem início o curso elementar para capatazes agrícolas. Durante a realização desta pesquisa, foram analisadas as Atas das Reuniões da Congregação (1927-1948), os Relatórios Anuais da ESAV, estatutos e regulamentos, além de correspondências internas e externas expedidas ou recebidas (institucionais e pessoais), processos, inquéritos, circulares, enfim, de uma série de registros escritos acerca das atividades internas e das relações externas tecidas pela instituição. Vale ressaltar que todo esse material se encontrava armazenado, sem a devida catalogação e classificação documental, em cerca de 300 caixas de arquivo, sendo que a grande maioria dessas caixas continha um volume em torno de 800 a 1200 páginas, estando bastante susceptíveis a danos e perdas, em razão das ainda precárias condições dos locais de acondicionamento. Atualmente, o Departamento de História da UFV vem realizando o trabalho de catalogação do acervo.

de compreensão da importância deste assunto em vez do desejo de conservar os jovens de Minas escravizados, e evitar que galguem posições eminentes entre os líderes na agricultura do estado e da nação. Este ato do governo de Minas parece indicar oposição à disseminação de conhecimentos úteis de agricultura. [...] O Estado de Minas Gerais está muito atrasado quando comparado com alguns outros estados sob o ponto de vista de promulgação de informações úteis de agricultura. [...] É difícil nos livrarmos dos antigos e nocivos ideais europeus que estabeleciam ser um agriculturista o escravo acorrentado ao solo, sem ter direito a tornar-se uma força diretriz no conselho de estado. Este ato do governo de Minas parece indicar oposição à disseminação de conhecimentos úteis de agricultura. A situação presente lamentável põe em ênfase fortemente este ponto. [...] Se o governo não permitir que os estudantes agrícolas aprendam a escrever propriamente e de modo interessante para os leitores, teremos de continuar a pedir a outros estados, informações sobre nossa agricultura (grifo do autor).

Para minimizar o veto do Governo do Estado à oferta de uma formação mais ampla aos estudantes, a direção conseguiu aprovar o Artigo 58 do Regulamento da ESAV, que estabelecia “[...] por semana uma reunião geral para os alunos, de curta duração, com o fito de lhes serem ministradas orientações de retórica e instruções de ordem moral, cívica, higiênica e profissional” (Regulamento da Escola..., 1927, p. 52).

Aparentemente, a ideia dessas ‘reuniões gerais’ partiu do então vice-diretor da ESAV, João Carlos Bello Lisboa, que era o responsável pela disciplina e pela área de recursos humanos do estabelecimento, desde dezembro de 1922, quando assumiu o cargo de Engenheiro-Chefe das obras de construção da Escola e que, também, havia instituído uma reunião semanal com os encarregados da obra.

Aos sábados, após o pagamento do pessoal, o então engenheiro-chefe reunia-se com todos os encarregados para orientar sobre a consecução dos serviços na obra e fazer pequenas preleções sobre educação, melhoramento físico, moral e mental do pessoal. Dos temas em tela, destacam-se o combate ao álcool e ao fumo, a pontualidade no trabalho, o desarmamento (não serem usadas armas), os males causados pelo jogo, a desgraça da sífilis, o amor à pátria, o respeito às autoridades e a organização da família (Relatório final..., 1929, p. 43). Os encarregados tinham o dever de transmitir aos companheiros (empregados) os assuntos

tratados nessas reuniões. O incentivo à prática de esportes também foi objeto de atenção do engenheiro, para o “[...] melhoramento dos homens e a união entre eles”.

Essa experiência original de reunião serviu de base para a adoção das ‘reuniões gerais’ como um recurso pedagógico importante na Escola, tornando-se um meio de inculcação do *habitus* institucional e uma estratégia de formação moral, cívica e intelectual dos alunos. As reuniões eram realizadas no salão nobre do edifício principal, com a participação do diretor, dos professores e dos alunos. Cada participante, após assistir à primeira delas, passava a ter seu assento fixo, o que facilitava o registro e o controle de frequência, obrigatória.

Normalmente, no início do ano letivo, as reuniões eram mais de caráter acadêmico disciplinar, caso em que seu objetivo era orientar os alunos sobre questões regimentais, didáticas e disciplinares. Posteriormente, abordavam-se mais as questões morais, cívicas e higiênicas. No início da reunião, o diretor transmitia avisos e/ou fazia uma breve preleção. Depois, um professor prelecionava por 10, 15 minutos no máximo. O tema era livre. Cada dia um professor apresentava um assunto sobre uma dessas temáticas para reflexão dos participantes.

A importância dessas reuniões foi reconhecida pelo então diretor Rolfs na sexta reunião da Congregação, ocorrida em 29 de novembro de 1927, quando afirmou que as mesmas “[...] têm provado ser um dos melhores cursos da Escola para o melhoramento dos alunos” (Atas das reuniões..., 1927-1948). Assim, a partir de 1928, ficou deliberado pela Congregação que as mesmas não seriam mais realizadas semanalmente e sim de segunda-feira a sábado, das 10h às 10h30.

No Relatório Anual de 1929, o então diretor Bello Lisboa também comentou os ‘resultados magníficos’ das ‘reuniões gerais’, atribuindo-lhes o elevado nível de disciplina mantido por todo o pessoal do estabelecimento. Já no Relatório Anual de 1931 (p. 41-43), nas páginas relativas às ‘reuniões gerais’, o mesmo diretor informava que as mesmas prosseguiram “[...] na sua grande e acertada finalidade. Não temos dúvida em afirmar, constituírem elas o arcabouço do sistema educacional praticado pela Escola”. O reconhecimento, por parte dos dois primeiros diretores da escola, do bom resultado das reuniões como recurso pedagógico e disciplinar de inculcação dos princípios e normas de condutas consideradas adequadas para formar o ‘esaviano’ fica evidenciado nesses registros.

No que tange ao ciclo de vida, as ‘reuniões gerais’ tiveram início no ano de 1927 e foram encerradas em 1951. Embora os dados estatísticos contabilizados pela secretaria da ESAV abranjam os anos de 1929 a 1950⁶, como demonstra a tabela 1, é plausível supor que, em 1927, tenham ocorrido em torno de 18 reuniões, já que as aulas começaram no segundo semestre. Já para 1928, é possível estimar que o número de reuniões se assemelhe aos dados do ano de 1929 (210 reuniões), uma vez que, aparentemente, esse foi o primeiro ano de funcionamento diário de segunda-feira a sábado.

Foi no ano de 1930 que ocorreu o maior número de reuniões (215); os de 1948, 1949 e 1950 tiveram o menor número (56). Podemos inferir que, entre 1929 e 1936, as reuniões permaneceram sendo diárias (de segunda-feira a sábado), dado o elevado número de encontros registrados. Em 1937, o número de reuniões caiu pouco menos da metade e, a partir de 1938, reduziu-se a menos de 1/3, quando comparado com o período de seu ápice. Isso leva a pressupor que tais reuniões passaram a ser realizadas três vezes por semana em 1937 e duas vezes na semana (às quartas-feiras e aos sábados) de 1938 a 1950. Em 1951, elas voltaram a ser semanais, o que dá indícios de que, no ano, ocorreram aproximadamente 35 reuniões.

A queda do número de reuniões em 1937 pode ser explicada pela mensagem que o então diretor John Benjamin Griffing⁷ enviou ao corpo docente em 20 de março desse ano. Segundo suas orientações, os professores deveriam avisar em suas preleções que, a partir de então, as reuniões passariam a ser realizadas em três dias da semana e que os outros três dias seriam destinados às preleções sobre higiene.

Recorrências temáticas das ‘reuniões gerais’

Sobre os assuntos abordados, verifica-se que a maior gama de temáticas era de cunho disciplinar, moral, cívico, higienista até o ano de

⁶ Vale frisar que, durante esse período, os dados foram compilados pelo mesmo secretário da Escola. Embora haja menção às ‘reuniões gerais’ nos anos de 1927, 1928 e 1951, não foram encontrados dados destes anos.

⁷ Diretor da ESAV entre 24 de dezembro de 1936 e 05 de julho de 1939. Conforme o site ‘Personagens e pioneiros da UFV’, esse especialista em algodão estudou na Columbia University, Cornell University e University of Southern California. Antes de assumir a direção da ESAV, ocupou cargos de direção em instituições de ensino e de pesquisa nos Estados Unidos e na Ásia. Ficou encarregado por três departamentos na Universidade de Nanquim (Universidade Federal de Viçosa, 2015).

1936, não só em virtude da grande quantidade de reuniões anuais, mas também pelo próprio *habitus* estabelecido pelo *criador* desses encontros, que foi diretor da ESAV entre 1929 e 1935.

Quando da abertura dos trabalhos escolares no segundo semestre de 1927, o então vice-diretor rememorou o teor de sua preleção emocionada e de advertência aos estudantes, historiando os esforços e os sacrifícios empreendidos por todos os responsáveis pela construção da Escola e conclamando-os a ser, a partir de então, corresponsáveis pela elevação do estabelecimento e pelo progresso do país.

A imensa responsabilidade que nos cabe como detentores de uma das mais vastas e ricas nações do mundo e a urgência com que faz mister a nossa atuação, no sentido de nos mostrarmos dignos da confiança de que Deus nos fez depositários, quando nos investiu na sagrada missão de pioneiros dos seus grandes destinos, sob pena de nos ser cassada esta investidura por qualquer outro povo mais forte, capaz e inteligente, caso único em que se admite o direito de conquista [...]

Em frases cortantes e incisivas, verberou o tradicional sentimentalismo da nossa raça como fator, por excelência, de todos os nossos males, apontando o exemplo frisante da prosperidade que desfrutam outras nações, relativamente pequenas e pobres, por agirem mais com o cérebro do que com o coração.

A propósito, dirigiu-se aos alunos da escola, declarando-lhes, que naquela casa, seria inteiramente abolido esse sentimentalismo piegas, que tanto nos deprime e diminui no conceito de outros povos, porque sua diretoria estava disposta a não transigir em matéria de cumprimento de deveres e a implantar, entre outras medidas, o regime de hora certa, pelo que convidava a acertar os seus relógios, de modo a não faltarem ao horário em vigor, cuja infração seria severamente punida a bem da ordem e disciplina internas do estabelecimento.

Alongou-se depois, em considerações relativas à enorme soma de trabalhos e sacrifícios despendidos para que o Estado de Minas Gerais fosse dotado daquele modelar instituto de ensino, e transmitiu, ao terminar, a responsabilidade dos seus destinos à primeira turma de alunos ali presentes, concitando-a a trabalhar com afincos pelos seus créditos e patriótica finalidade

(apud Lisboa, 1934, p. 17-18).

No Relatório Anual de 1931, como em outros documentos dessa primeira fase das reuniões, foram encontrados registros dos temas sociais mais recorrentes nas preleções, que, para fins de exposição, podem ser destacados por categorias, como de disciplina, educação, moral, civismo, saúde, higiene e formação profissional.

Das preleções sobre a temática disciplinar, educacional e moral, merecem menção as seguintes:

Programa da Escola, consequência do erro, a cola, educação e instrução, o cultivo da alegria, educação e formação da personalidade, falar muito em poucas palavras, liberdade, o problema do casamento, julgamento – suas condições, entretenimento, cumprimento do dever e pontualidade nos compromissos, conduta dos alunos no cinema, os vícios – evitá-los em princípio, a Escola – sua atuação e irradiação dos seus trabalhos pelos ex-alunos, evitar os boatos, tomar atitude depois de julgamento maduro, a força do hábito, saber falar, saber ler e escrever, perguntas durante as aulas, responsabilidade dos que educam e dos que se educam, força de vontade para combater os vícios, ensino eficiente – escola nova, novíssima e velha, oportunidades e aproveitamento da conversação, melhores homens e melhor produção, o ideal da Escola, o valor das definições, decoreba X compreensão e interpretação, o estudo da Matemática, motivos das brigas: gênio mal contido/educação fraca, excesso de intimidade, intrigas, ciúmes, inveja e despeito, intromissão em questões alheias, negócios mal feitos, divisas mal estabelecidas, ‘aguadas’, higiene da alma – jovialidade, bom humor, erros comuns nos métodos de estudo, previdência, ceticismo, o espiritualismo e sua pretendida destruição pela doutrina de classe. (encontra-se recorte de jornal com o *Manifesto da frente universitária contra o comunismo*), Rebaixamento do senso moral, sossego, sossego – o prejuízo da pressa, o valor do silêncio. (Relatório anual..., 1931, grifo nosso).

Quanto às temáticas de saúde e higiene, podem-se listar os seguintes assuntos:

[...] a varíola, a raiva, opilação - como combatê-la, doenças venéreas e sua profilaxia, vantagens dos desportos, o valor da higiene, a saúde, o valor dos dentes - a mastigação, a higiene bucal, cárie dentária, tétano, valor da medicina preventiva, educação física, a eugenia, prevenção, higiene no dormitório - a refeição, o escarro, o álcool e a questão sexual, os esportes, primeiros socorros, o instinto e a vida sexual do moço (Relatório anual..., 1931).

Das preleções cívicas e políticas foram identificadas:

a crise no mundo, a vida dos fazendeiros no tempo da escravidão, efemérides (datas, fatos históricos e biografias), confiança no país, assuntos de importância relevante para Minas Gerais e o Brasil. Em relação à formação profissional, foram abordados os seguintes assuntos: o trabalho, a vida nas fazendas, principais qualidades de um fazendeiro moderno, o operário agrícola, o homem prático e o valor do trabalho prático moderno, moralidade profissional, Contraste entre a vida prática (sobretudo no serviço público) e o aprendido na ESAV (Relatório anual..., 1931).

As 'reuniões gerais' também serviram como meio de doutrinação ideológica e proselitismo político, como pode ser atestado por uma correspondência enviada pelo então diretor John B. Griffing ao Secretário de Agricultura do Estado, Israel Pinheiro, em 1937, informando sobre as palestras e as preleções realizadas na ESAV para combater as ideias comunistas.

Percebe-se que, a partir de 1937, os assuntos tratados já não contemplavam tão explicitamente temas de cunho moral, cívico e higienista, como demonstra a lista prévia apresentada pelo diretor Griffing, em forma de questionário, para que os docentes indicassem⁸ os temas de sua preferência para a apresentação nas preleções, dentre as seguintes opções:

⁸ Documento impresso localizado no Arquivo Central e Histórico da UFRJ contendo o questionário encaminhado pela direção e a resposta dos professores, que não precisaram se identificar.

Biografias (de cientistas, estadistas e educadores); Viagens (no Estado, no Brasil e no estrangeiro); Acontecimentos atuais da humanidade (apreciação dos programas recentes das ciências, de descobertas recentes, do desenvolvimento econômico do Estado); Resumo de livros (narrativas de observação, mostrando exemplos de atividades humanitárias); Fatos da história, que tenham relação com a época atual; Leitura escolhida – de ciência, literatura, história, etc.; Folclore - lendas, superstições.

Nesse mesmo questionário, o diretor solicitou que os docentes dessem sugestões a respeito de outras temáticas para a preleção. Foram identificadas as seguintes respostas: comparação entre civilização estrangeira e nacional, Sociologia; que os alunos do 8º período de Agronomia e Veterinária deveriam também fazer preleções para exercitar o hábito de manejar a palavra; Psicologia – o caráter, a cooperação, a influência pessoal; Medicina social; O bom livro, como se estudar, o verdadeiro agrônomo; Educação, Pedagogia (2)⁹; Otimismo, brasilidade e ideais; Acrescentar na biografia nomes de projeção na arte e literatura, escritores, temas de crítica literária e artística, alunos ignoram quase por completo a atividade intelectual aborígene; Assuntos relacionados à profissão; sociedades cooperativas, desenvolvimento da Dinamarca, escolas superiores do povo na Dinamarca; Economia; palestras de cunho moral (2), de espírito cívico (2), solidariedade familiar, solidariedade entre as cidades, nações.

Ainda no mesmo questionário, foi pedido que os professores tecessem outros comentários e sugestões relativos à atividade dessas reuniões. Eis as respostas: nota-se claramente que os assuntos sobre educação – notadamente boas maneiras- não são bem recebidos, exigindo grande habilidade; que os professores nunca se manifestassem contrários às preleções em presença dos alunos; caráter de não obrigatoriedade dos docentes terem de fazer preleção (4), aos que têm aversão de falar (3); convencer os alunos da importância das reuniões e coibir o absenteísmo e a crítica dos professores às mesmas.

Tais questionários já sinalizam as mudanças, seja em termos da redução dos encontros semanais, seja sobre o teor dos temas tratados. A situação iria se acentuar na década de 1940, quando as reuniões

⁹ O número entre parênteses representa a quantidade de vezes em que tal sugestão foi dada por diferentes docentes.

começaram a entrar em processo de inflexão. É que expressou o secretário José Sant'Ana que, nos Relatórios Anuais de 1942, 1943 e 1944, lamentou o desinteresse e a ausência de grande número de professores a ponto de “[...] não poucas vezes, a ficar a tribuna quase vazia, fato este que tem repercutido mal entre os alunos” (Relatório anual..., 1942).

No relatório de 1943, declarou que as mesmas não vinham cumprindo as finalidades para as quais foram criadas, quer pela ausência e abstenção dos docentes ao dever de fazer as preleções, quer pelo comentário negativo que muitos faziam a respeito delas. Em 1944, o secretário ressaltava a importância das ‘Reuniões’ na vida social da Escola, “[...] pois elas oferecem a todos uma oportunidade de sentirem de fato o ‘Espírito da Escola’ no seu aspecto educativo, social e disciplinar” (Relatório anual ..., 1943, grifo nosso), além de reafirmar o desinteresse dos professores, tanto na escolha dos assuntos a ser tratados, quanto na frequência às mesmas. De fato, nessa década, os temas abordados nas reuniões apresentam uma natureza muito mais acadêmica, de cultura geral, como por exemplo: “[...] guerra microbiana, a vida das abelhas, história e evolução da rádio transmissão, história do radar na guerra e seu futuro na paz [...]” (Relatório anual..., 1943, 1944), dentre outras.

Embora não tenham sido localizados os dados do ano de 1951, está registrado que essas reuniões passaram a acontecer somente uma vez na semana (às quartas-feiras), a frequência permanecia obrigatória e os alunos tinham que assinar presença. A partir de 1952, não consta registro dessa atividade. Uma das razões alegadas para a extinção das ‘reuniões gerais’ foi a falta de espaço para abrigar todo o corpo docente e discente da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais¹⁰. Entretanto, a falta de interesse dos docentes e discentes pela continuidade dessa disciplina, com a anuência da administração superior da instituição, parece ter sido a razão do término da atividade, especialmente tendo em vista um mundo e uma instituição em processo de mudanças técnicas e de conhecimentos.

Não obstante, enquanto duraram, estas reuniões tiveram uma função relevante como meio de regulação coletiva de valores morais, cívicos, higiênicos e disciplinares e de inculcação do *habitus* institucional na formação dos alunos e nos demais servidores do estabelecimento. Ao que

¹⁰ Em 1952, a UREMG era constituída pela Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Florestas, a Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Especialização, Serviço de Experimentação e Pesquisa e Serviço de Extensão.

tudo indica, também contribuíram para a conformação do chamado ‘espírito esaviano’¹¹, ao mesmo tempo em que deram oportunidade aos estudantes para interagir com toda a comunidade acadêmica - direção, professores e alunos de outros cursos ou turmas - e, de certo modo, avaliar a capacidade dos professores em prelecionar para todo o pessoal da escola.

Considerações Finais

As ‘reuniões gerais’ constituíram um dos principais recursos pedagógicos para concretizar o projeto de educação integral concebido na instituição, o qual implicava a inculcação massiva de valores morais, cívicos e higienistas. Mais que isso, seu formato de organização, o esquadrinhamento do espaço, com a definição do assento fixo de todos os participantes após o rito de incorporação e de investidura, indicam e demarcam as posições de autoridade dos detentores do saber e do poder no estabelecimento, explicitando e reforçando a visibilidade e a capilaridade do poder disciplinar instituído.

A implementação desse sistema disciplinar de saber e de poder, inculcado e legitimado durante as ‘reuniões gerais’, assim como os dispositivos de vigilância e controle sobre a conduta e a civilidade dos alunos no estabelecimento e na cidade apontam a determinação da diretoria em realizar uma ‘educação integral’, sem perder o foco na principal atividade do estabelecimento, que era formação técnica e profissional e a luta contra o ensino puramente livresco.

Esse ideal estava voltado não só para a formação profissional, mas também para a intelectual, física e moral dos estudantes, a qual foi sendo efetivada, sobretudo nos ensinos médio e superior, que tinham o objetivo

¹¹ Até hoje o ‘espírito esaviano’ é apregoadado como uma maneira de se valorizar o trabalho, a dedicação quase ‘sacerdotal’ do indivíduo ao progresso, ao engrandecimento da Instituição. Em depoimento gravado em 1990, o ex- aluno (1936-1940) e ex- prof. Otto Andersen, que lecionou na ESAV-UREMG-UFV, de 1946 até 1990, lembra que esse lema “[...] vem desde o início, fazendo com que qualquer novato, ao chegar aqui, pudesse absorver e desenvolver o ‘espírito esaviano’ de modo a se ter uma união boa que produzisse grandes resultados. Realmente, desde os operários, todos eles eram inculcados com o espírito esaviano a cooperar, porque a casa é nossa, e quanto mais engrandecer a casa, mais vantagem será para nós próprios. Vinculados à ESAV, nós estávamos realmente, nos fortalecendo para ter maior sucesso no futuro. O espírito mantém alto o entusiasmo por tudo que se diz a respeito da instituição, inclusive elevando o grau de motivação para as atividades e cria, incontestavelmente, um espírito de alta produtividade” (Andersen, 1990, grifo nosso).

de promover o ensino teórico-prático, as atividades desportivas e os ensinamentos morais. Embora esses componentes da formação integral estejam implícitos em diversas atividades desenvolvidas pela ESAV, vale mencionar outras seções do estabelecimento que também tiveram um papel complementar importante na inculcação desses elementos formativos em todos os sujeitos vinculados à instituição: o regime de internato, o refeitório, a instrução militar, o serviço de saúde.

A explanação e a menção a alguns espaços e tempos de atividades organizadas com o fim de efetivar a prática dessa 'educação integral' na instituição se, por um lado, legitimavam a hierarquização do conhecimento social e simbólico, do saber e do fazer agrícolas, conforme a origem social e o nível de ensino cursado pelo indivíduo, por outro, não produziram, aparentemente, tratamentos diferenciados no que diz respeito à transmissão de valores de sociabilidade e normas de conduta, forjando uma identidade dos estudantes com base no 'Espírito da Escola'.

Esse 'Espírito da Escola' fica evidenciado na percepção do então Secretário de Agricultura do Estado de Minas, Israel Pinheiro da Silva, em correspondência a respeito de sua visita ao estabelecimento no segundo semestre de 1934. Ele afirmou que ficara impressionado especialmente com a estima devotada à instituição por parte de todo o seu pessoal: "[...] é difícil de ser explicado e é característico da ESAV, servindo mesmo para identificar os seus alunos, professores e empregados, por onde quer que andem" (Azevedo, 2005, p. 109). No contexto dessa modelação identitária, é plausível supor a influência, o papel que as 'reuniões gerais' desempenharam nesse processo de conformação social.

Tabela 1. Estatística Das Reuniões Gerais (1927-1951).

ANO	TOTAL DAS REUNIÕES GERAIS	TOTAL FREQUÊNCIA	% DE FREQUÊNCIA
1927	-	-	-
1928	-	-	-
1929	210	-	-
1930	215	-	-
1931	210	-	-
1932	188	32986	-
1933	209	-	-
1934	209	53261	-
1935	212	53206	-
1936	191	-	-
1937	96	21984	-
1938	67	16441	-
1939	66	16442	93,0
1940	70	16676	94,3
1941	64	16422	94,5
1942	66	16990	94,2
1943	64	11598	94,5
1944	59	10571	95,7
1945	65	11701	95,1
1946	59	12481	95,2
1947	60	-	-
1948	56	-	-
1949	56	-	-
1950	56	-	-
1951	-	-	-

Fonte: Relatório anual da ESAV (1927-1951).

Referências

- Andersen, Otto. Espírito esaviano. 1990. Depoimento gravado.
- Aranha, M. L. A. (2006). *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil* (3a. ed.). São Paulo, SP: Moderna.
- Atas das reuniões da Congregação da ESAV* (1927-1948).
- Azevedo, D. S. (2005). *Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político-pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 220 p.
- Beleza, N. (1956). Esquema da evolução do ensino agrícola no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 26(64), 12-216.
- Brasil. (1910). Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial [da] União*, 2 nov. 1910. Seção 1, p. 9139.
- Capdeville, G. (1991). *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa, MG: UFV, 1991.
- Coelho, F. M. G. (1999). *A Construção das Profissões Agrárias* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Lisbôa, J. C. B. (1934). Histórico e atualidade da ESAV-MG. In *Conferência na Associação Comercial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, MG.
- Mendonça, S. R. (1997). *O ruralismo Brasileiro*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, SP: EPU/MEC.
- Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais*. (1927).
- Relatório final da construção da ESAV, enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais* (1929).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1927-1951).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1929).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1931).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1942).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1943).

Relatório anual da ESAV enviado à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais (1944).

Saviani, D. (1987). *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. São Paulo, SP: Cortez.

Torres Filho, A. (1926). *O ensino agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional.

Universidade Federal De Viçosa. (2015). *Personagens e pioneiros da UFV*. Acessado em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=john>

Submetido em: 07/09/15

Aprovado em: 01/04/16